



O desenvolvimento urbano tornando-se fundamento legal para a educação do campo em assentamentos no Estado do Amapá

Urban development becoming the legal foundation for rural education in settlements in Amapá State

Jacyguara Costa Pinto¹

RESUMO

Este artigo objetivou analisar o desenvolvimento urbano tornando-se fundamento legal para educação do campo em assentamentos no Estado do Amapá. Metodologicamente, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, de natureza descritiva e abordagem qualitativa. Os resultados analisam as manifestações de planejamento educacional e urbano em assentamentos de reforma agrária da região sul do Estado do Amapá, além de descrição de características do desenvolvimento urbano em áreas rurais, demonstrando as influências através das políticas públicas para a dinamização da educação do campo no sul do Estado. Chegou-se à conclusão de que a educação do campo tem acompanhado o processo de desenvolvimento de políticas públicas que tem proposto, como intenção política, o desenvolvimento rural de áreas e territórios distantes dos centros e desprovidos de toda a gama de recursos e apoio econômico e social para a expansão de suas atividades sociais e agroextrativistas.

Palavras Chaves: Desenvolvimento Rural, Políticas Públicas, Educação no Campo, Agroecologia.

ABSTRACT

This article aimed to analyze the urban development becoming the legal basis for rural education in settlements in the State of Amapá. Methodologically, it was used the bibliographical research method, of descriptive nature and qualitative approach. The results analyze the manifestations of educational and urban planning in agrarian reform settlements in the southern region of Amapá State, besides the description of characteristics of urban development in rural areas, demonstrating the influences through public policies for the dynamization of field education in the south of the State. The conclusion was reached that rural education has accompanied the development process of public policies that have proposed, as a political intention, the rural development of areas and territories distant from the centers and deprived of the full range of resources and economic and social support for the expansion of their social and agro-extractive activities.

Keywords: Rural Development, Public Policies, Education in the Field, Agroecology

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Submetido: 20/11/2022

Aprovado: 31/01/2023

Publicação: 13/02/2023



¹ Doutor em Ciências da Educação. Professor Federal da Educação Básica Técnica e Tecnológica – EBTT, atuando no sistema modular de ensino/ SEED/UEFUM. jacyguaracosta@gmail.com

1. Introdução

O artigo apresenta estudos sobre o tema: desenvolvimento urbano tornando-se fundamento legal para educação do campo em assentamentos no Estado do Amapá. O campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não urbano, é um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

Em meados de 2004, aconteceu a criação, no Ministério de Educação, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na qual existia uma coordenação de educação do campo. Ainda, nessa estrutura de gestão criada pelo MEC, foi organizado o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) que elaborou documento intitulado "Referências para uma política nacional de educação do campo". O Grupo anuncia dois fundamentos da educação do campo: a superação da dicotomia entre rural e urbano; relações de pertença diferenciadas e abertas para o mundo.

O território rural, "lócus" da Educação do Campo, é protagonista histórico de baixos índices educacionais, conforme dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PNERA) e estudos de Santos (2018). Além disso, no campo, ainda se encontram unidades educacionais deterioradas, pessoal pouco qualificado, baixa quantidade de equipamentos e de material pedagógico, escolas sem energia elétrica e água potável, entre outros problemas estruturais que poderiam ser evitados se houvesse prioridade uma política de desenvolvimento urbano para as cidades do campo.

Compreender as políticas públicas de educação do campo no Estado do Amapá mostra-se desafio bem complexo, pois, quase sempre são demandas impostas pela organização que não estão presentes no dia a dia das comunidades que vivem no campo, tal condição histórica ocorre pela falta de movimentos sociais do campo organizados e envolvidos na luta para assegurar a democratização e o acesso à educação (COSTA, 2016).

Dessa maneira, uma das características da educação do campo no estado é a dependência política da população em relação ao governo e o que este pode disponibilizar. E por isso, a pesquisa que tem sido realizada tem a finalidade de responder a seguinte questão problema: Como as políticas de desenvolvimento

urbano pode contribuir como fundamento legal para educação do campo em assentamentos no Estado do Amapá?

Através da pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e análise de conteúdo, pretende-se, como principal finalidade, analisar as manifestações de planejamento educacional e urbano em assentamentos de reforma agrária da região sul do Estado do Amapá, considerando, para tanto, e de modo específico, analisar algumas características do desenvolvimento rural através de discussão teórica e as suas influências através das políticas públicas para a dinamização da educação do campo no sul do Estado.

2. Metodologia

Adotou-se o método de pesquisa bibliográfica sistemática, sendo estudo de tipo descritivo, de abordagem qualitativa, com a finalidade de se analisar as manifestações de planejamento educacional e urbano em assentamentos de reforma agrária da região sul do Estado do Amapá.

A pesquisa utilizou-se da base de dados online, voltada às áreas de Desenvolvimento rural, Políticas Públicas e Educação no Campo. A partir da coleta de dados qualitativos, formulou-se quadro forma a sintetizar não só os dados, mas as colocações críticas, instrucionais quanto às influências das políticas públicas para a dinamização da educação do campo (área rural) no sul do Estado.

Sendo aplicado como critério de seleção, as publicações da área de Desenvolvimento Rural e Educação do Campo, em periódicos, teses, dissertações, artigos, revistas científicas obtidas junto a página de pesquisas do google acadêmico. Também foram utilizados livros históricos para fundamentar os dados obtidos e a proposta de análise dos objetivos propostos.

Os estudos selecionados sofreram análise de conteúdo para a organização de resumos sobre seus conteúdos, de modo a considerar os resultados através da organização de quadro esquemático contendo dados fundamentais para sua apresentação e inicial contextualização no item discussão.

3. Resultados e Discussão

Os resultados da seleção de estudos foram organizados na Tabela 1, a qual, além de apresentar todos os estudos que foram selecionados com o procedimento

da pesquisa eletrônica, foram apresentados descrevendo informações sobre autoria (ano), objetivos e metodologia adotada.

Tabela 1 - Resultados da pesquisa.

Autoria (ano)	Objetivos	Metodologia
Piraux; Caniello (2019)	Avaliar os avanços e entraves da governança territorial do PRONAT	Levantamento documental
Cazella et al. (2019)	identificar os recursos e ativos territoriais que possam constituir uma oferta no processo de formação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST).	Pesquisa bibliográfica
Paula Filho et al. (2021)	Analisar a relação para o desenvolvimento regional: as populações tradicionais e agricultores familiares, conforme a ótica de alguns estudos locais.	Pesquisa bibliográfica
Luther; Gerhardt (2019)	Refletir sobre a produção de discursos na educação que institucionalizam diferentes modelos de desenvolvimento rural, territorial e sustentável a partir de programas do Ministério da Educação (MEC) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).	Pesquisa bibliográfica
Costa; Lomba (2018)	Apresentar os resultados da pesquisa sobre o curso de Licenciatura em Educação do Campo (EDOC) ofertado pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).	Pesquisa de campo e documental
Melo (2017)	Caracterizar o sistema de agricultura de corte e queima praticada pelos produtores rurais no município de Mazagão, estado do Amapá, Brasil.	Pesquisa de campo
Pantoja (2021)	Pesquisar sobre os desafios e as perspectivas do transporte escolar rural na comunidade Vila Maracá.	Pesquisa de campo, bibliográfica e documental.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Em relação às características do desenvolvimento rural, os estudos de Piraux; Caniello (2019) e Cazella et al. (2019) foram selecionados por abordarem a perspectiva do desenvolvimento rural nos territórios. E, trazendo para o contexto amapaense, a pesquisa de Paula Filho et al. (2021) foi selecionado por abordar atualidades para o desenvolvimento rural sustentável no estado do Amapá.

No estudo de Piraux; Caniello (2019) que apresenta algumas reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil, constataram que uma característica proeminente na reorganização

do Estado brasileiro após a derrocada da ditadura militar foi a institucionalização da participação dos cidadãos na gestão das políticas públicas.

De fato, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, os espaços para a participação da sociedade civil na definição e implementação das políticas públicas no Brasil ampliaram-se significativamente, e apontam para a formação de conselhos gestores de políticas públicas, estruturados de forma hierarquizada nos níveis nacional, estadual e municipal, em diversas áreas, como saúde, trabalho, educação, assistência e previdência social, direitos do cidadão, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, e desenvolvimento rural (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Diante dessa realidade, a partir de 2003 o governo federal optou por redefinir o recorte das arenas deliberativas locais por meio do PRONAT e, assim, “os Territórios despertavam. Esse processo de inovação institucional culminaria na criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC) em 2008, que articulava 22 ministérios, visando apoiar de maneira emergencial e com ações mais articuladas os territórios rurais economicamente mais fragilizados (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Na atual conjuntura da sociedade brasileira – em que um governo central autoritário e antidemocrático patrocina forte regressão conservadora, desmonta as políticas públicas redistributivas e inovadoras, inclusive as territoriais, desarticula os meios de organização coletiva dos trabalhadores e impõe um neoliberalismo selvagem nas relações econômicas – o único caminho é o da disputa eleitoral. Somente as lideranças orgânicas que emergiram do ciclo de gestão social, legitimadas pelo voto popular, terão condições de mobilizar seus pares a lutar pela retomada da governança territorial no Brasil e, aliando-se às forças progressistas, retomar o curso da democracia participativa no país (PIRAUX; CANIELLO, 2019).

Cazella et al. (2019) ao abordarem sobre a construção de um território de desenvolvimento rural, apresentando recursos e ativos territoriais específicos, apresentaram também o conceito de território associado à perspectiva de construção social por parte de atores mobilizados para resolver problemas comuns ou compartilhados. Essa perspectiva concebe a valorização socioeconômica de produtos e serviços a partir da identificação de inputs territoriais existentes na forma de recursos e ativos. Entende-se por ativos aqueles fatores que estão “em atividade”, enquanto que os recursos ainda não foram explorados, mas podem ser revelados ou valorizados. Diferentemente dos ativos, os recursos representam uma reserva, um potencial latente ou virtual a ser ativado.

Como é possível perceber, um dos primeiros desafios do desenvolvimento territorial recai sobre a identificação de recursos específicos, que, ao se tornar ativo, é transformado pelo sistema de produção, por meio de um novo sistema de normas, mudando de natureza. No estágio da virtualidade, tudo pode ser potencialmente recurso, mas nem tudo pode se tornar automaticamente um ativo, uma vez que as condições da metamorfose não estão no objeto/recurso, mas nas estratégias adotadas pelos atores no processo de produção (CAZELLA et al., 2019).

O que acontece nos territórios é, portanto, o surgimento de novos modos de governança que desafiam atores e instituições, pois impõem mecanismos inéditos de gestão de conflitos. Esse processo deve pautar-se na criação de uma coordenação eficaz entre atores territoriais que permita a realização de um bom inventário de recursos específicos e dinamize a execução de ações que consolidem o enfoque da CBST (CAZELLA et al., 2019).

O enfoque da CBST consiste em uma oferta compósita de produtos e serviços territoriais, que prioriza os circuitos curtos de comercialização, estimulando o reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços específicos da parte dos consumidores locais e externos, a exemplo de turistas e outras categorias de apreciadores de produtos típicos. Portanto, envolver os usuários ou consumidores de produtos e serviços da “Cesta” é tão importante quanto construir um sistema de governança territorial compartilhada por atores públicos, privados e associativos (CAZELLA et al., 2019).

Trazendo para o contexto amapaense. Paula Filho et al. (2021) ao proporem abordar atualidades e desafios para o desenvolvimento rural sustentável no estado do Amapá, constataram que a situação do estado insere-se nos modelos de desenvolvimento para a região amazônica que são, de maneira geral, pensados a partir do extrativismo, todavia as atividades de produção agrícola e de criação de animais apresentam-se com relevante potencialidade para as comunidades rurais amapaenses. Torna-se indispensável promover e estimular o desenvolvimento destes segmentos como estratégias de desenvolvimento local sustentável e de fortalecimento da agricultura familiar.

O estado do Amapá ainda dispõe de enorme área preservada, constituída por unidades de conservação, terras indígenas e projetos de assentamento. Estas unidades são habitadas, sobretudo, por agricultores familiares, populações tradicionais e indígenas que desenvolvem seus sistemas de produção baseados em

atividades agrícolas de baixo impacto ambiental, como agroextrativismo, bubalinocultura, criação de pequenos animais (aves e suínos), extrativismo vegetal (açai - *Euterpe oleracea* Mart. e castanha-do-brasil - *Bertholletia excelsa* Bonpl.) e pesca artesanal (PAULA FILHO et al., 2021).

Em sequência, analisou-se a educação do campo no desenvolvimento rural, dessa forma, foram selecionados os estudos de Luther; Gerhardt (2019), Costa; Lomba (2018), Melo (2017) e Pantoja (2021).

De acordo com Luther; Gerhardt (2019), no ano de 2004 o Ministério de Educação (MEC) ao criar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), na qual existe uma coordenação de educação do campo, o Grupo Permanente de Trabalho (GPT) sobre educação do campo o qual elaborou o documento intitulado "Referências para uma política nacional de educação do campo". O Grupo anuncia dois fundamentos da educação do campo: a superação da dicotomia entre rural e urbano; e as relações de pertença diferenciadas e abertas para o mundo.

Os princípios da educação do campo, explícitos pelo GPT, são os seguintes: a educação do campo de qualidade é um direito dos povos do campo; a educação do campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido; a educação do Campo no campo; a educação do campo enquanto produção de cultura; a educação do campo na formação dos sujeitos; a educação do campo como formação humana para o desenvolvimento sustentável; a educação do campo e o respeito às características do campo (LUTHER; GERHARDT, 2019).

O território rural, "lócus" da Educação do Campo, é protagonista histórico de baixos índices educacionais, conforme dados da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PNERA. Além disso, no campo, ainda encontram-se unidades educacionais deterioradas, pessoal pouco qualificado, baixa quantidade de equipamentos e de material pedagógico, escolas sem energia elétrica e água potável, etc. (LUTHER; GERHARDT, 2019).

No meio educacional brasileiro, nas últimas duas décadas, são frequentes os questionamentos acerca da Educação do Campo e da Educação Rural, bem como as diferenças e semelhanças entre elas. Esses questionamentos emergem quando o Estado é chamado a assumir, de fato, a educação dos filhos dos trabalhadores do campo, através de uma proposta educativa que garanta o direito constitucional de educação para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros (as), e que atenda às

demandas históricas da população campesina, visto que está sempre enfrentou dificuldades para garantir tal direito (LUTHER; GERHARDT, 2019).

Costa; Lomba (2018) explicam que o marco institucional da educação do campo é a Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9.394 de foi instituída no ano de 1996, que dá, à escola localizada no meio rural, o devido respeito à grave diversidade que existe neste meio, onde assegura que os estudantes que vivem nessas áreas princípios organizacionais ligados às atividades do trabalho e da vida do campo. Neste contexto, pode-se dizer que, as experiências ligadas à vida e ao trabalho são instrumentos de formação dos sujeitos do campo que, quando chegam à escola trazem uma bagagem de experiências vivenciadas nos diversos e diferentes espaços de socialização e formas de trabalho. A escola é um espaço onde os cidadãos expressam seus valores culturais, experiências novas formas de relacionamento social e aprendem o que o homem até então produziu e sistematizou em forma de conhecimento escolar.

Ainda segundo Costa; Lomba (2018), o papel do Pronacampo é assegurar oportunidades a população que vive no meio rural, possibilitando as pessoas um lugar digno e qualidade para morar e criar seus filhos. O Pronacampo tem como objetivo e ações o apoio técnico e financeiro aos Estados e Municípios, com vista a implementação da política de educação do campo, visando á ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

De acordo com Costa; Lomba (2018), o estado do Amapá pertence a Região Norte, e está situado no extremo norte do Brasil, sua capital é Macapá e quem nasce no estado é chamado amapaense. Sua área compreende 142.470,762 km² e ocupa, entre os demais estados da federação, o 18º lugar em área territorial. Uma das suas maiores peculiaridades é que é o único estado brasileiro que é cortado pela linha imaginária do Equador, que divide a terra em dois hemisférios, de lado o Norte e do outro o sul. A maior parte do estado está no hemisfério norte e uma menor parte no hemisfério sul. Na capital do estado em Macapá, existe o monumento chamado Marco Zero do Equador que representa a divisão da cidade em dois hemisférios.

O estado faz fronteira com o estado do Pará. Outra particularidade do Amapá, que é faz uma fronteira internacional com a Guiana Francesa, onde economia gira em torno os países da Europa, também existe uma imigração muito grande de brasileiros que buscam uma vida melhor nessa região. A população amapaense estimada, segundo censo do IBGE em 2018 era 829.494 pessoas distribuídas por quatro microrregiões e 16 municípios. Como os demais estados da região, o Amapá possui baixa densidade demográfica, cerca de 4,69 hab/km² (COSTA; LOMBA, 2018).

O território que hoje conhecemos como estado do Amapá foi durante séculos objeto de disputa e ocupação por Espanha, Portugal e França. A antiga capitania da Costa do Cabo Verde protagonizou inclusive conflitos militares por sua posse, existe na capital do estado a maior fortificação da América Latina, a Fortaleza de São José de Macapá, que foi construída com o objetivo de proteger o território brasileiro de invasões (COSTA; LOMBA, 2018).

A rede hidrográfica do Amapá é muito rica. A cidade de Macapá é a única capital do Brasil banhada pelo rio Amazonas. O estado conta também com rios de planície, que são propícios à navegação e rios de planalto, que possuem potencial para a produção de energia hidroelétrica, onde existem hidrelétricas que abastecem uma boa parte das cidades brasileiras. Entre os principais cursos d'água do estado estão os afluentes do Amazonas: Rio Jari e Rio Araguari, e rios que correm para desembocar no Oceano Atlântico, como o Rio Calçoene, Cassiporé e Oiapoque (COSTA; LOMBA, 2018).

Melo (2017) em sua dissertação, se propôs caracterizar o sistema de agricultura de corte e queima praticada pelos produtores rurais no município de Mazagão, estado do Amapá, Brasil. Assim, envereda-se para a região sul do Estado, e apresenta informações sobre o município de Mazagão, objeto deste estudo, destaca-se na produção agrícola do estado. A população rural está distribuída por comunidades rurais, ribeirinhas, agroextrativistas e assentados da reforma agrária, dentre as quais destacam-se as do Carvão, Camaipí, Mazagão Velho e Piquiazal. As práticas rurais desta população são voltadas para subsistência, e o sistema de uso da terra implementado pelos agricultores baseia-se no extrativismo e na agricultura itinerante, caracterizando a vida na região.

A população rural deste município é composta por 8.760 pessoas, que estão distribuídas em 51 comunidades rurais, ribeirinhas, agroextrativistas e assentados

da Reforma Agrária, dentre as quais destacam-se as áreas do Carvão, Camaipi, Mazagão Velho e Piquiazal. O município apresenta um total de 385 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área de 27.994 ha. (MELO, 2017).

Dos 40 Projetos de Assentamentos distribuídos no Estado do Amapá, seis assentamentos estão localizados no município de Mazagão, e que comporta parte da população rural do município. Em sua maioria, os assentamentos estão sob jurisdição do INCRA. Este município destaca-se nos Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) pela representatividade, no qual tem predominado as atividades de extrativismo vegetal associado com a agricultura (MELO, 2017).

Pantoja (2021) em sua monografia ao propor analisar os desafios e perspectivas do transporte escolar rural na Comunidade Vila Maracá, Mazagão, Amapá, destacaram também, algumas conquistas efetivas, principalmente no âmbito de regulamentação da proposta de Educação do Campo como política pública de educação. São exemplos disso: a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), em 1998; a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em 2001; o valor diferenciado para o custo aluno do campo, previsto no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007; o Procampo/2009 para formação de professores do campo; e o Pronacampo/2013, que institui a Política Nacional de Educação do Campo.

Nessa perspectiva, a função dos docentes é acompanhar diariamente os educandos nas atividades que são propostas dentro de sala de aula, bem como no desenvolvimento de tarefas referentes à organização dos Centros familiares, pois não só em sala de aula que o aluno vive, ele precisa cuidar e organizar o espaço em que ele vive, pois ele passa metade do seu tempo dentro da instituição. A formação necessária ao perfil deste profissional, tendo em vista a relação de troca e interação de saberes que esta nova pedagogia propõe, cria espaços para o diálogo entre o saber sistematizado e o saber popular, tendo como foco central o educando e sua realidade, promovendo não apenas o acesso das populações do campo a uma educação libertária e de qualidade, mas promovendo o desenvolvimento sustentável da comunidade, tanto socioeconômico como em qualidade de vida (PANTOJA, 2021).

Para atender a demanda dos alunos, os docentes que trabalham nas escolas em áreas rurais precisam ter formação superior, para os da educação básica e para os de nível técnico, a formação será específica para a disciplina que será ministrada. Os profissionais da área também têm um papel fundamental dentro da escola, pois é através dos seus conhecimentos técnicos que elas se desenvolvem, cuidam tanto da área interna quanto da externa, auxiliando os alunos e funcionários na melhor gestão do espaço e do tempo (PANTOJA, 2021).

As políticas pensadas para a região Sul têm sido pautadas com base na exploração dos seus recursos naturais, principalmente as atividades agroextrativistas sem levar em conta o modo de vida das populações ribeirinhas e as consequências destas ações no cotidiano destas pessoas (PANTOJA, 2021).

4. Considerações Finais

Considera-se que os objetivos foram alcançados, pois conseguiu-se responder a problemática e confirmar a hipótese. A educação do campo tem acompanhado o processo de desenvolvimento de políticas públicas que tem proposto, como intenção política, o desenvolvimento rural de áreas e territórios distantes dos centros e desprovidos de toda a gama de recursos e apoio econômico e social para a expansão de suas atividades sociais e agroextrativistas.

Salienta-se que as pesquisas estão em processo de organização e precisam de mais aprofundamentos teóricos e empíricos para organizar as manifestações de planejamento educacional e urbano em assentamentos de reforma agrária da região sul do Estado do Amapá, e também analisar algumas características do desenvolvimento rural e as suas influências através das políticas públicas para a dinamização da educação do campo no sul do Estado.

Referências

CAZELLA, Ademir Antonio et al. A construção de um território de desenvolvimento rural: recursos e ativos territoriais específicos. **Revista do Desenvolvimento Regional – Redes**, v. 24, n. 3, p. 49-74, 2019.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais. **Revista NERA**, v. 21, n. 41, p. 218–235, 2018.

LUTHER, Alessandra; GERHARDT, Tatiana Engel. O desenvolvimento rural nos discursos para a educação básica do campo. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, v. 1, n. 33, 2019.

MELO, Larissa Pinheiro de. **Avaliação da adoção e impactos do sistema de agricultura com uso de corte e queima no Município de Mazagão**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.

PANTOJA, Eliane Vieira. **Desafios e perspectivas do transporte escolar rural: Comunidade Vila Maracá, Mazagão, Amapá. 2021**. 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em Educação do Campo Ciências Agrárias e Biologia) – Campus de Mazagão, Universidade Federal do Amapá, Mazagão, 2021.

PAULA FILHO et al. **Atualidades e desafios para o desenvolvimento rural sustentável no estado do Amapá**. In: PORTO, Jadson; OLIVEIRA, Nilton Marques de (orgs.). Entre espaços regionais e locais: intenções de desenvolvimento. Maringá: Uniedusul, 2021, p. 80-88.

PIRAUX, Marc; CANIELLO, Márcio. Reflexões retrospectivas e prospectivas sobre a governança territorial para o desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 39, n. 2, p. 359-379, 2019.